



ALCANENA
CÂMARA MUNICIPAL

Ajuste Direto N.º 42/2024

Aquisição de Mobiliário para o espaço de Cowork do projeto TEAR

CADERNO DE ENCARGOS



Município de Alcanena | Praça 8 de Maio 2380-037 Alcanena | – NIPC 500 745 773
☎ +(351) 249 889 010 / (+351) 249 891 357 ✉ geral@cm-alcanena.pt 🌐 www.cm-alcanena.pt



Índice

PARTE I.....	3
Cláusulas Jurídicas.....	3
CAPÍTULO I.....	3
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
Cláusula 1. ^a - Objeto	3
Cláusula 2. ^a - Contrato	3
Cláusula 3. ^a - Prazo	3
Cláusula 4. ^a - Preço base	4
Cláusula 5. ^a - Proposta	4
CAPÍTULO II.....	4
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	4
Secção I.....	4
Obrigação do Fornecedor.....	4
Subsecção I.....	4
Disposições Gerais.....	4
Cláusula 6. ^a - Obrigações do fornecedor	5
Cláusula 7. ^a - Conformidade e operacionalidade dos bens	5
Cláusula 8. ^a - Entrega dos bens objeto do contrato	5
Cláusula 9. ^a - Inspeção e testes	6
Cláusula 10. ^a - Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias	6
Cláusula 11. ^a - Aceitação dos bens	6
Cláusula 12. ^a - Garantia técnica	7
Cláusula 13. ^a - Garantia de continuidade de fabrico	8
Subsecção II.....	8
Dever de sigilo.....	8
Cláusula 14. ^a - Objeto do dever de sigilo	8
Cláusula 15. ^a - Prazo do dever de sigilo	8
Secção II.....	8
Obrigações do Município de Alcanena.....	8
Cláusula 16. ^a - Preço contratual	8
Cláusula 17. ^a - Condições de pagamento	9
CAPÍTULO III.....	9
PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO.....	9
Cláusula 18. ^a - Penalidades contratuais	9
Cláusula 19. ^a - Força maior	10
Cláusula 20. ^a - Resolução por parte do contraente público	11
Cláusula 21. ^a - Resolução por parte do fornecedor	11
CAPÍTULO IV.....	11
CAUÇÃO E SEGUROS.....	11
Cláusula 22. ^a - Execução da caução	11
Cláusula 23. ^a - Seguros	12
CAPÍTULO V.....	12
RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS.....	12
Cláusula 24. ^a - Foro competente	12
CAPÍTULO VI.....	12
DISPOSIÇÕES FINAIS.....	12
Cláusula 25. ^a - Subcontratação e cessão da posição contratual	12
Cláusula 26. ^a - Comunicações e notificações	12
Cláusula 27. ^a - Contagem dos prazos	12
Cláusula 28. ^a - Legislação aplicável	12
Cláusula 29. ^a - Utilização de dados pessoais	12
Cláusula 30. ^a - Proteção de dados	13
Cláusula 31. ^a - Gestor do Contrato	15
Cláusula 32. ^a - Verificação da Lei 8/2012 – LCPA	15
PARTE II.....	17
Cláusulas Técnicas.....	17
Cláusula 1. ^a - Características técnicas e funcionais	17
Cláusula 2. ^a - Características Gerais	17
Cláusula 3. ^a - Mapa de quantidades e descrição do mobiliário	18
Anexo ao Caderno de Encargos.....	21



PARTE I
Cláusulas Jurídicas

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a - Objeto

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal o fornecimento de Mobiliário de escritório para o espaço de Cowork do projeto TEAR (em parceria com a Startup Leiria) sito no 2º piso do Cineteatro São Pedro.

2 - O objeto do contrato abrange ainda serviços de transporte e montagem de todo o mobiliário a fornecer, nos locais onde será utilizado, ou seja, no 2º piso do Cineteatro São Pedro, conforme mencionado no Artigoº 6 do Programa de Concurso.

Cláusula 2.^a - Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e os seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a - Prazo

1 - O contrato mantém-se em vigor até ao fornecimento integral de todos os bens, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.



2 - O fornecimento dos bens objeto do procedimento deverá ocorrer no **prazo máximo de 45 dias após assinatura do contrato**.

3 - O prazo referido no número anterior pode vir a ser alterado por acordo prévio entre as partes.

Clausula 4ª - Preço base

1 - Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 47.º do CCP, o preço base (máximo) do procedimento, é fixado em € 16 330,15 (dezassex mil, trezentos e trinta euros e quinze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço a pagar pelo presente fornecimento e instalação será o valor referido na proposta apresentada para o respetivo fornecimento em questão.

Clausula 5ª - Proposta

1 — Na proposta a apresentar, o concorrente deve manifestar a sua vontade de contratar e o modo como se dispõe a fornecer os bens.

2 — A proposta a apresentar, de acordo com o formulário constante da plataforma de contratação, o concorrente deve indicar, entre outros elementos os seguintes:

a) O valor unitário para os bens a fornecer, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

b) Valor total da proposta, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

c) Prazo e condições de Entrega;

3 — O valor da proposta a indicar deverá já ser deduzido de eventuais descontos a conceder.

4 — Na proposta apresentada devem vir incluídos todos os custos relativos ao transporte e entrega dos bens nas instalações da Câmara Municipal de Alcanena.

CAPÍTULO II
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS
Secção I
Obrigações do Fornecedor

Subsecção I
Disposições Gerais



Cláusula 6.^a - Obrigações do fornecedor

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta, de acordo com as características técnicas pretendidas e mencionadas na parte II, deste caderno de encargos;
- b) Obrigação de garantia dos bens a fornecer, nos termos definidos na lei;
- c) Obrigação de continuidade de fabrico, nos termos definidos na lei;
- d) Obrigação de transporte e montagem de todos os equipamentos/mobiliário, colocando-os prontos ao seu uso, incluindo a remoção e transporte das respetivas embalagens.

2 - A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 7.^a - Conformidade e operacionalidade dos bens

1 – O fornecedor obriga-se a entregar ao Município de Alcanena os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos, previstos nas cláusulas do presente caderno de encargos, que dele fazem parte integrante.

2 – Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados, para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua operacionalização.

3 – É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4 – O fornecedor é responsável perante o Município de Alcanena por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato, que existam, no momento, em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 8.^a - Entrega dos bens objeto do contrato

1 – Os bens objeto do contrato serão entregues diretamente no 2º piso do Cineteatro São Pedro, Alcanena, no prazo máximo de 45 dias após assinatura do contrato, em dias úteis.

2 – O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos, redigidos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles, caso aplicável.



3 – Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o Município de Alcanena, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

4 – Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega e com a respetiva instalação, são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 9.^a - Inspeção e testes

1 – Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o Município de Alcanena, por si ou através de terceiro por ele designado, procede no prazo de 10 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas, no mapa de quantidades constante do presente caderno de encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais, definidos pelos seus fabricantes e indicados na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 – A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre todos os equipamentos constantes do mapa de quantidades, em anexo ao presente caderno de encargos.

3 – Durante esta fase, o fornecedor deve prestar à Município de Alcanena toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

4 – Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 10.^a - Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1 – No caso de os bens não conferirem com o pretendido, e mencionado na proposta do fornecedor, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias, deverá o fornecedor proceder à sua substituição

2 – No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Alcanena, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3 – Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, o Município de Alcanena procede a nova verificação dos bens, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 11.^a - Aceitação dos bens

1 – Comprovando-se a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer



defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Parte II - Cláusulas Técnicas, do presente caderno de encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 5 dias a contar, um auto de receção, ou documento equivalente, assinado pelos representantes do fornecedor e do Município de Alcanena.

2 – Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto de contrato para o Município de Alcanena, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre o fornecedor.

Cláusula 12.^a - **Garantia técnica**

1 – Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo legal, a contar da data da entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos na Parte II - Cláusulas Técnicas, do presente Caderno de Encargos, a que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

2 – A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) Fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c) A reparação ou substituição das peças, componentes ou bens defeituosos discrepantes;
- d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
- g) A mão-de-obra.

3 – No prazo máximo de 30 dias a contar da data em que o Município de Alcanena tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação e/ou substituição.

4 – As reparações e/ou substituições previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo Município de Alcanena e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim, a que o mesmo se destina.



Cláusula 13.^a - Garantia de continuidade de fabrico

O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos, que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicáveis.

Subsecção II
Dever de sigilo

Cláusula 14.^a - Objeto do dever de sigilo

1 – O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Alcanena, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 15.^a - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos a contar do cumprimento do fornecimento, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II
Obrigações do Município de Alcanena

Cláusula 16.^a - Preço contratual

1 – Pelo fornecimento dos bens objeto de contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Alcanena deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alcanena, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para os



respetivos locais de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 17.^a - Condições de pagamento

1 – As quantias devidas pelo Município de Alcanena, nos termos da(s) cláusula(as) anterior(es), devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Alcanena das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 – Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato e respetiva validação da conformidade dos bens, por parte do Município.

3 – Em caso de discordância por parte do Município de Alcanena, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no nº1, as faturas são pagas através da emissão de cheque à ordem do fornecedor ou transferência bancária.

CAPITULO III
PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 18.^a - Penalidades contratuais

1 – Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, o Município de Alcanena pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, por cada dia de atraso na entrega da totalidade ou parte dos equipamentos, até 2% do preço contratual;
- b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, por cada dia de atraso no cumprimento da obrigação de garantia técnica, até 1% do preço contratual;
- c) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento, até 1% do preço contratual.

2 – Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Alcanena pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.

3 – Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do nº 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.



4 – Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Alcanena tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 – O Município de Alcanena pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Alcanena exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 19.^a - Força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greve ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre eles recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.



5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período, comprovadamente, correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 20.^a - Resolução por parte do contraente público

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Alcanena pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a três meses ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Alcanena.

Cláusula 21.^a - Resolução por parte do fornecedor

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias ou o montante em dívida exceda 50% do preço contratual, excluindo juros.

2 – O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da cláusula 23.^a.

3 – Nos casos previstos no nº 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Alcanena, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

CAPÍTULO IV

CAUÇÃO E SEGUROS

Cláusula 22.^a - Execução da caução

1 – A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pelo Município de Alcanena, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para a satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2 – A resolução do contrato pelo Município de Alcanena não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.



3 – A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 23.^a - Seguros

1 – É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos relativos ao transporte, carga e descarga dos bens a fornecer, bem como as operações de montagem dos bens, caso se aplique.

2 – O Município de Alcanena pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo de 5 dias, contados da data da notificação.

CAPÍTULO V RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 24.^a - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 25.^a - Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 26.^a - Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 27.^a - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 28.^a - Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Cláusula 29.^a - Utilização de dados pessoais



1 - Todos os dados pessoais recolhidos ou que o Município de Alcanena tenha acesso, são para uso exclusivo pelos serviços do Município de Alcanena.

2 - Os dados pessoais solicitados ou a solicitar no âmbito do contrato, são os exigidos nos termos da Lei Portuguesa no âmbito da contratação de despesa pública e execução do respetivo contrato.

3 - Os dados pessoais solicitados ou a solicitar, são os estritamente necessários para a formação do procedimento pré-contratual e execução do respetivo contrato a celebrar.

4 - Os dados pessoais são para uso pelos serviços do Município, que executem tarefas relacionadas com o procedimento contratual em causa.

5 - Os dados pessoais a que o Município de Alcanena tenha acesso serão conservados pelo período fixado por Lei para os mesmos.

Cláusula 30.^a – Proteção de dados

1. As partes contratantes estão sujeitas ao cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), adiante designado RGPD, sendo o Município de Alcanena responsável pelo tratamento de dados e a entidade adjudicatária o subcontratante, na aceção do n.ºs 7 e 8 do artigo 4º, do n.º 1 do artigo 24º e do n.º 1 do artigo 28º do referido regulamento; das respetivas normas nacionais de execução e, se aplicável, de outras leis relevantes em matéria de proteção de dados.

2. Nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 6º do RGPD, e para efeitos do presente procedimento pré-contratual e do cumprimento de obrigações jurídicas a que a entidade adjudicante esteja adstrita:

a) O Município de Alcanena poderá tratar dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, os quais serão usados pelos serviços do Município, que executem tarefas relacionadas com o procedimento contratual em causa e transmiti-los a terceiros, como seja o Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, com limitação dos dados transmitidos ao estritamente necessário e mediante as adequadas medidas de segurança. Os dados pessoais a que o Município de Alcanena tenha acesso serão conservados pelo período fixado por Lei para os mesmos.

b) A entidade adjudicatária é responsável por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos quando aplicável.



3. Os dados não devem ser copiados, reproduzidos, mantidos em qualquer banco de dados, armazenados em qualquer sistema de recuperação ou transmitidos sob qualquer forma ou por qualquer meio, eletrónico, mecânico, fotocopiado, gravação ou outro, ou cedidos a terceiros sem o consentimento prévio por escrito do Município de Alcanena.

4. A entidade adjudicatária assume e declara que:

a) No tratamento dos dados pessoais obedecerá às instruções documentadas do responsável pelo tratamento, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, exceto se for obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado Membro a que está sujeito, informando nesse caso o Gestor do Contrato e o Encarregado de Proteção de Dados da Autarquia, desse requisito, antes de proceder a essa transferência, salvo se tal informação for proibida por motivos de interesse público;

b) Garante que as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

- A pseudonimização e a cifragem de dados pessoais;

- A capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;

- Capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada em caso de incidente físico ou técnico;

- Dispõe de processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;

- Apenas contratará outro subcontratante se o Município de Alcanena o autorizar ou, em caso de autorização prévia, comunicará ao Gestor do Contrato e ao Encarregado de Proteção de Dados da Autarquia, a contratação de um subcontratante que deverá respeitar todas as obrigações de tratamento nos termos do n.º2 do artigo 28º do RGPD;

- Prestará assistência ao Encarregado de Proteção de Dados da Autarquia pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;

- Prestará assistência ao Encarregado de Proteção de Dados da Autarquia pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de segurança no tratamento, notificação à autoridade de controlo e aos titulares em caso de violação de dados pessoais, avaliação de impacto sobre a proteção de dados e consulta prévia, tal



como previstas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD, tendo em conta a natureza de tratamento e a informação ao dispor do subcontratante;

- Dependendo da opção do Encarregado de Proteção de Dados da Autarquia, apagará ou devolverá todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros;

- Disponibilizará ao Encarregado de Proteção de Dados da Autarquia todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações que impendem sobre o subcontratante e facilita e contribui para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pelo responsável pelo tratamento ou por outro auditor para este mandatado;

- Compromete-se a informar imediatamente o Gestor do Contrato e o Encarregado de Proteção de Dados da Autarquia se considerar que alguma instrução viola o RGPD ou outras disposições do direito da União ou dos Estados Membros em matéria de proteção de dados, nomeadamente a Lei 58/2019, de 08 de agosto.

5. O cumprimento de um código de conduta ou de um procedimento de certificação poderá ser utilizado como elemento para demonstrar o cumprimento de todas estas obrigações.

6. O incumprimento destes deveres e a verificação de inexistência de garantias de conformidade é fundamento de resolução do contrato com justa causa, podendo implicar o dever de indemnização ao Município por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

7. As comunicações ao Encarregado de Proteção de Dados da Autarquia devem ser feitas para o email epd@cm-alcanena.pt

Cláusula 31.ª - Gestor do Contrato

Atendendo ao definido no artigo 290.º-A, do Código dos Contratos Públicos, será designado o Gestor do Contrato, ao qual cabe o acompanhamento permanente da execução do mesmo.

Cláusula 32.ª - Verificação da Lei 8/2012 – LPCA

A adjudicação do presente procedimento fica ainda sujeita à verificação do disposto na Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, nomeadamente:

Fundos Disponíveis – A existência de fundos disponíveis para a assunção do compromisso em 2024, resultante do presente procedimento, que terá de se verificar previamente à adjudicação.





ALCANENA
CÂMARA MUNICIPAL

Compromisso plurianual – A autorização do compromisso plurianual foi dado pela Assembleia Municipal, na sua sessão realizada a 10 de novembro de 2021, relativamente à assunção de compromissos plurianuais cujos encargos não excedam o limite de €99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos, nos termos do artigo 6º da referida Lei n.º 8/2012.

O Vereador

(Nuno Miguel da Costa Silva)

Por Delegação de Competências nos termos do Despacho ref.º 22017, de 27 de outubro de 2021
Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autografa ¹



Município de Alcanena | Praça 8 de Maio 2380-037 Alcanena | – NIPC 500 745 773
☎ + (351) 249 889 010 / (+351) 249 891 357 ✉ geral@cm-alcanena.pt 🌐 www.cm-alcanena.pt



PARTE II **Cláusulas Técnicas**

Cláusula 1.^a - Características técnicas e funcionais

1 – Relativamente ao mobiliário de escritório a fornecer, deverá ser garantida a qualidade dos materiais empregados no seu fabrico, tecnologia de produção e características que assegurem um funcionamento eficaz, com vista ao cumprimento das normas europeias de qualidade.

2 – O mobiliário de escritório fornecido deverá apresentar características de grande resistência e durabilidade, tendo em vista a diminuição das necessidades de manutenção.

Cláusula 2.^a - Características Gerais

1 - As peças de mobiliário de escritório destinadas ao apetrechamento do espaço de Cowork do projeto TEAR (em parceria com a Startup Leiria) devem obedecer às seguintes condições:

- Integrar materiais e componentes ajustados às especificações técnicas definidas e compatíveis com a caracterização apresentada na cláusula seguinte;
- Apresentar características dimensionais compatíveis com o espaço a que se destinam, respeitando as principais dimensões identificadas na cláusula seguinte;
- Apresentar características ergonómicas que permitam as melhores condições de conforto e segurança e o melhor rendimento das atividades a que se destinam;
- Apresentar características de boa estabilidade em todas as condições de utilização previsíveis;
- Apresentar resistência compatível com uma utilização intensiva nas condições usuais destes espaços partilhados (cowork);
- Apresentar soluções integradas numa linha coerente de conceção. As diferentes peças de mobiliário, em especial quando se destinam a formar conjunto, têm de obedecer a um sistema conjugado de formas, conceção estrutural e seleção de materiais;
- A conceção da estrutura tem de permitir soluções tão leves quanto possível e com adequada economia de execução, sem prejuízo da necessária resistência mecânica e estabilidade;



- Apresentar soluções sem componentes desmontáveis ou reguláveis, salvo nos casos previstos na cláusula seguinte;
- Apresentar soluções sem elementos agressivos ou quaisquer outros que possam interferir com a posição normal dos utentes;
- Apresentar soluções que permitam reduzir ao mínimo os trabalhos de limpeza, conservação e reparação.

Cláusula 3.^a - Mapa de quantidades e descrição do mobiliário

Item	Descrição do mobiliário	Quant.
1	Secretária com pé em O.Estrutura desmontável em tubo de aço retangular 50x30, com pintura eletrostática com pó epoxy. Pés com niveladores.Tampo elevado em melamina de 19mm de espessura, com orlas em PVC. 1400 x 700 x 740 mm	2
2	Alonga com 60cm de profundidade 800 x 600 x 740 mm - Pé em O.Estrutura desmontável em tubo de aço retangular 50x30, com pintura eletrostática com pó epoxy. Pés com niveladores.Tampo elevado em melamina de 19mm de espessura, com orlas em PVC.	1
3	Painel frontal 1200x 350 mm-p/ mesa individual L1400 - Painel metálico perfurado em chapa de aço com acabamento a pintura epoxy.	2
4	Calha técnica 1140x60x110 mm P/ mesa Individual L1400 - Calha para passagem de cabos em chapa de aço com acabamento a pintura epoxy.	2
5	Passa-cabos circular - cinza	14
6	Armário com portas batentes em melamina 1000 x 440 x 1100 mm - Armário com estrutura em melamina 19 mm com orlas em PVC. Composto por: 2 portas batentes em aglomerado melamínico, com fechadura e 2 puxadores de alumínio cromados. 2 Prateleiras metálicas com pintura epóxi reguláveis em altura. (possibilidade de suspensão bolsas de arquivo). 4 niveladores de apoio ao solo.	6
7	Bloco 3 gavetas 430x530x570 mm - Estrutura metálica com pintura eletrostática com pó epoxy. 4 rodízios Ø 50mm. Tampo em melamina com orlas em PVC. Conjunto de 3 gavetas, montadas em calhas telescópicas, com limitador de curso.	1



8	Cadeira em versão clara - Suporte lombar regulável em altura. Assento: Espuma moldada. Regulável em profundidade. Base: Poliamida branca. Estrutura: Branca. Mecanismo: Sincronizado. Regulação automática da tensão. Braços: Reguláveis em altura, profundidade e orientação. Topo macio cor cinza escuro. Acabamentos em tecido.	14
9	Cabide bengaleiro 300x300x1740 mm - Estrutura em tubo de aço, com pintura epoxy. 8x Cabides. Suporte de guarda chuvas e tabuleiro inferior apara-pingas. Base em chapa de aço 6 mm espessura. Apoio ao solo através de terminais em poliamida.	2
10	Recipiente de papéis 360x150x300 mm - Estrutura em chapa de aço, com pintura epoxy. Inclui 2x pegas laterais.	14
11	Posto de trabalho duplo independente 1200 x 1610 x 740 mm - Pé em ""O"" 50x30. Estrutura desmontável em tubo de aço retangular 50x30, com pintura eletrostática com pó epoxy. Pés com niveladores. Tampo elevado em melamina de 19mm de espessura, com orlas em PVC.	6
12	Calha 540x334x120 mm p/ posto de trabalho - Calha para passagem de cabos em chapa de aço com acabamento a pintura epoxy.	6
13	Bloco fixo 2 gavetas + gaveta de arquivo 440x800x740mm - Estrutura em melamina com orlas em PVC. 4 niveladores de apoio ao solo. Com puxadores e fechadura centralizada.	13
14	Divisória frontal em tecido 1160x3500 para mesa - Divisória com 25mm de espessura, totalmente estofado em tecido ou semi-pele.	6
15	Sofá individual com braços - 800x740x450mm - Sofá de 1 lugar com apoios laterais de braços Em espuma de densidade 23 kg /m3, revestido a semi-pele ou tecido ignífugo. Apoio ao solo através de pés cónicos. Dimensões gerais: 800x740x450mm	1
16	Mesa de Apoio Triangular Bétula 650x620x440mm - Estrutura com pé central em tubo de aço Ø100mm com acabamento em pintura epoxy. Base circular em aço de espessura 8mm. Tampo em contraplacado de bétula de 18mm com verniz poliuretano. 650x620x440mm	3
17	Sofá Block XL - 130 x 60 x 133 cm - Estrutura de madeira com interior em espuma de densidade 23kg/m3, revestido com semi-pele ou tecido ignífugo. Apoio ao solo através de pés cónicos. Dimensões do assento: 1200x550x450mm	4
18	Painel acústico largo com rodízios 1040x50x1300 mm - Painel com propriedades acústicas com interior em espuma de alta densidade, revestido com semi-pele ou tecido. Pés em chapa de aço de 6mm com pintura epoxy.	2



19	Tela de escrita 750x140x750 mm - Acessório para aplicação nos painéis através de encaixe na borda superior do painel. Constituído por chapa de aço de 2mm com acabamento a pintura epoxy. Superfície de escrita em chapa de aço esmaltada com vitrificação a 800 °C (porcelana branca) Dimensões: 750x140x750 mm	2
20	MESA ALTA CIRCULAR Compacmel 600X1100mm - Estrutura com pé central em tubo de aço Ø100mm com acabamento em pintura epoxy. Base circular em aço de espessura 8mm. Tampo em compacto melamínico de 13mm. Dimensões: 600X1100mm	1
21	Banco alto estofado 545x470x942 mm - Casco arredondado em contraplacado de madeira estofado a semi-pele ou a tecido ignífugo. Estrutura em varão de aço Ø10mm com acabamento a pintura epoxy. Com 2 travamentos em tubo de diâmetro 16x1,5mm. Apoio ao solo através de 4 tacos em poliamida. Dimensões do assento: 400x440x230mm Altura do assento: 750mm Dimensões exteriores:545x470x942 mm	2



ALCANENA
CÂMARA MUNICIPAL

Ajuste Direto N.º/2024

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESPAÇO TEAR (STARTUP LEIRIA)

Anexo ao Caderno de Encargos



Município de Alcanena | Praça 8 de Maio 2380-037 Alcanena | – NIPC 500 745 773
☎ +(351) 249 889 010 / (+351) 249 891 357 ✉ geral@cm-alcanena.pt 🌐 www.cm-alcanena.pt